

Os dilemas da política contemporânea, de um lado reduzida ao atletismo eleitoral, de outro na economia, e, entre ambas – ou em paralelo – radicalizada nas identidades demarcadas por gênero, etnia, condição sexual. Na centralidade do debate, no entanto, emerge a vida, menos como conceito e mais como experiência – ou sua denegação – nos marcos de um poder sobre ela.

O fortalecimento nas Ciências Humanas das reflexões sobre a imbricação entre vida e política durante o século XX, por si só justificaria a iniciativa de um dossiê sobre o tema. A radicalização das preocupações sobre os corpos individuais, mas, sobretudo, na forma das populações, que atualmente acompanhamos, já há tempos imprime um caráter de necessidade para tais discussões.

Observamos muitas iniciativas filosóficas e sociológicas que colocam a vida como foco de suas análises. Tais estudos transitam entre extremos, pois de um lado existem abordagens que priorizam as formas de poder sobre a vida e, em outro extremo, temos abordagens que advogam pelas possibilidades de um poder da vida. De um extremo a outro transitam e se interconectam vários conceitos, como dominação, submissão, liberdade, resistência, ação, poder, política, entre tantos outros. Assim, entendemos que este dossiê, cujo tema é o conceito de biopolítica e algumas de suas imbricações no contemporâneo, pode constituir uma pequena amostra dos inúmeros caminhos que se apresentam para a condição humana contemporânea.

Embora os estudos de Michel Foucault não tenham sido os primeiros a adotar o conceito de biopolítica, suas análises foram fundamentais para elucidar o estreito vínculo entre vida e política, mais especificamente, das estratégias e formas de um poder sobre a vida. A obra de Foucault, assim como as diferentes interpretações do conceito surgidas a partir dela, expressam a transição e as conexões conceituais supracitadas. As elaborações em torno de um poder sobre a vida, mais recentemente passam a conviver com as tensões provenientes das interpretações oriundas de um poder da vida.

É justamente essa tensão conceitual que será apresentada nos artigos que compõem esse número temático da Revista Temas & Matizes.

A matriz foucaultiana é o elo de ligação entre diferentes objetos e interpretações presentes nos textos a seguir. A partir dela, poderemos ler nos dois primeiros textos deste dossiê um mapeamento conceitual da temática em questão. Edgardo Castro abre o número temático mostrando as origens do conceito, desde as primeiras interpretações no início do século XX, até algumas de suas recentes releituras. A análise de Michel Foucault aparece como o vínculo entre o “antes e o depois” desses exercícios conceituais. O autor mostra como Foucault rompe com o antes e, ao mesmo tempo, deixa trilhas que são perseguidas depois – de maneiras, muitas vezes, distintas – por autores como Roberto Esposito e Giorgio Agamben. A seguir, no artigo de Selvino José Assmann, Santiago Pich, Ivan Marcelo Gomes e Alexandre Fernandez Vaz, tal mapeamento conceitual trafega por várias ressignificações conceituais atreladas a autores marcadamente vinculados a certa filosofia contemporânea desenvolvida na Itália. O texto procura mostrar, a partir destas reapropriações da matriz foucaultiana, como as abordagens de Maurizio Lazzarato

e dos já citados Roberto Esposito e Giorgio Agamben, apostam no poder da vida como possibilidade de reflexão e resistência frente ao poder sobre a vida.

Nas reflexões anteriores, o conceito de liberdade aparece como uma das conexões com a noção de biopolítica, principalmente, no que se refere às possibilidades interpretativas que realçam o poder da vida. É esse diálogo conceitual que emerge nos textos de Nei Antonio Nunes e Oswaldo Giacoia Junior. O primeiro, ao efetuar um diálogo entre Hannah Arendt e Michel Foucault, problematiza as conexões vinculadas às relações de poder e práticas de liberdade. Tal vínculo teórico fora anunciado por Giorgio Agamben em seu *Homo Sacer I*, ao dizer que ambos os autores haviam tratado de temáticas semelhantes com conceituações distintas, ao analisarem formas de poder sobre a vida, Arendt em suas reflexões sobre o totalitarismo, Foucault ao recorrer à idéia de biopolítica. Nunes os aproxima, no entanto, por meio da crítica política, pois em ambos os pensamentos a liberdade é construída no núcleo e nas práticas de poder na política. Desta maneira, a centralidade do biológico nas relações humanas contemporâneas impõe limites à busca pela liberdade, o que poderá culminar na reafirmação da sujeição ou em desafios para elaboração de novas formas de resistência e de ação política. Giacoia Junior, por sua vez, aproxima Foucault do filósofo mais conhecido da Escola de Frankfurt, Theodor W. Adorno. Contrariamente ao que muitas vezes foi percebido como distanciamento teórico irreconciliável na análise da sociedade moderna, o autor – mesmo reconhecendo tais diferenças – situa, passando por Nietzsche, as afinidades entre Foucault e Adorno no investimento do potencial de emancipação da filosofia. Observamos, então, uma reflexão sobre a relação entre formação filosófica e um programa de educação para a liberdade, o que pode ser traduzido para este dossiê como uma possibilidade de ação presente no poder da vida em relação ao poder sobre a vida.

Os quatro últimos textos deste número abordam temas distintos analisados sob a lente da constatação de que a biopolítica é a forma política de nosso tempo. O potencial interpretativo e crítico do conceito aparece em análises sobre o cinema, a educação e o cruzamento entre o jurídico e as formas de subjetivação. Nos textos a seguir, ainda seguindo a matriz e as pistas foucaultianas, podemos notar o diálogo com autores citados anteriormente nesta introdução e, assim, ter acesso às variadas interpretações do contemporâneo oportunizadas pelo conceito de biopolítica e seus desdobramentos.

O nexos entre cinema e filosofia aparece na análise de André Duarte, cujo foco são alguns dilemas da política contemporânea em sua expressão naquela forma artística. Para tanto, o autor mostra o vínculo temático presente nos filmes de Michael Winterbottom e nas reflexões teóricas de Giorgio Agamben, especialmente no emprego das categorias de biopolítica e estado de exceção. Duarte aponta como as formas de poder sobre a vida exacerbam modelos de exclusão social, mas, como destaca, tratando-se de uma exclusão inclusiva que é ilustrada pelo paradigmático poder dos campos concentracionais e pelas possibilidades advindas pelos decretos do estado de exceção, permitindo a utilização de determinadas estratégias que expõem a *vida nua* dos indivíduos envolvidos em tal processo.

A educação é representada em dois textos. Ricardo Crisorio discute como o processo de construção do campo da Educação Física esteve relacionado às estratégias de controle populacional, o que o autor caracteriza no processo em questão como uma

biopolítica negativa. A obra *Bíos* de Roberto Esposito proporciona ao autor vincular a Educação Física – ontem e hoje – a uma determinada corrente naturalista, marcadamente presente na biopolítica estadunidense, a qual vincula os acontecimentos sociais às necessidades evolutivas de uma espécie. Crisório alerta como tal expressão biopolítica aponta para formas de dever ser ligadas ao corpo, bem como a necessidade de pensar e fazer outras práticas pedagógicas corporais que não se reduzam a um achatamento naturalista.

O espaço escolar é o objeto pelo qual transitam as análises de Maria Rita de Assis César. Em seu texto, a autora mostra como a escola se situa na transição de uma modernidade disciplinar para as atuais sociedades de controle, utilizando para tal reflexão tanto a abordagem foucaultiana, como as interpretações desta por Gilles Deleuze. As formas de resignificação corporal envolvidas neste processo permitem à autora comentar os atuais modelos de controle sobre o corpo e a vida presentes na escola, no qual, sob a bandeira da busca por corpos saudáveis, são construídos regimes de verdade e uma série de desconfortos para os indivíduos ainda não ajustados a tais medidas. Por fim, a autora apresenta a arte – representada em seu texto pela obra de Fernanda Magalhães – como possibilidade de resistência frente às classificações biopolíticas subsidiadas pelo saber médico – no que nesta apresentação estamos denominando como uma aposta na potência da vida.

O texto de Vanessa da Cunha Prado D’Afonseca, que finaliza este dossiê, tem como tema a legislação para a infância no Brasil. O aporte teórico de Foucault e Agamben contribui para que a autora teça análises sobre as relações de poder envolvidas no direito contemporâneo. Mais especificamente, a autora desenvolve uma crítica às dicotomias envolvidas na legislação da infância e da adolescência, supostamente superadas pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que aparecem como expressão, via discurso científico, de regimes de verdade. Estes, por sua vez, ganham tensão pelo conceito de biopolítica e pelas implicações que ele traz para o entendimento das relações entre o público e o privado.

Por fim, é preciso expressar nosso agradecimento aos autores e autoras que participam deste dossiê da Revista *Temas & Matizes* e desejar aos leitores bons momentos com os instigantes textos presentes neste número.

Alexandre Fernandez Vaz
Ivan Marcelo Gomes
(Organizadores)